



CÓD: OP-025JN-24
7908403547708

FORTALEZA-CE

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CEARÁ

Pedagogo

EDITAL Nº 01, DE 27 DE DEZEMBRO 2023

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto	7
2. Organização estrutural dos textos	7
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	8
4. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo. Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo	9
5. Textos literários e não literários	10
6. Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases	10
7. Norma culta	16
8. Pontuação e sinais gráficos	18
9. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa	22
10. Tipos de discurso	26
11. Registros de linguagem. Funções da linguagem	28
12. Elementos dos atos de comunicação	29
13. Estrutura e formação de palavras	30
14. Formas de abreviação	31
15. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores	33
16. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade	40
17. Os dicionários: tipos	41
18. A organização de verbetes	44
19. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos	51
20. Latinismos	52
21. Ortografia e acentuação gráfica	53
22. A crase	54
23. Redação oficial na administração pública federal	54

Raciocínio Lógico Matemático

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados	63
2. Conjuntos e suas operações, diagramas. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	67
3. porcentagem e juros	73
4. Proporcionalidade direta e inversa	76
5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	78
6. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos	80
7. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas	97
8. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	100
9. Problemas de contagem e noções de probabilidade	101
10. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	103

11. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão	114
12. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.....	116
13. Problemas de lógica e raciocínio.....	117

Legislação

1. Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza.....	119
2. Lei Orgânica Municipal.....	147

Conhecimentos Específicos Pedagogo

1. Fundamentos da educação: concepções e tendências pedagógicas contemporânea.....	187
2. Relações socioeconômicas e político-culturais da educação	196
3. Educação em direitos humanos	196
4. Democracia e cidadania	200
5. A função social da escola	200
6. A função social da escola	200
7. Inclusão educacional e respeito à diversidade	205
8. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica	216
9. Base nacional comum curricular (bncc).....	221
10. Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem	260
11. Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica	270
12. Pedagogia: pensadores da educação	275
13. Principais teorias modernas da educação	281
14. Desenvolvimento da educação	285
15. Processo do trabalho pedagógico coletivo	286
16. Processo construtivista de escolarização	286
17. Competências e saberes para a educação e para o ensinar	286
18. Saberes voltados para o desenvolvimento das dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais.....	287
19. Escola inclusiva como espaço de acolhimento, de aprendizagem e de socialização	288
20. A construção coletiva da proposta pedagógica da escola: expressão das demandas sociais, das características multiculturais e das expectativas dos alunos e dos pais.....	296
21. Formação continuada de professores.....	297
22. Desenvolvimento da inteligência	302
23. Estágios do desenvolvimento da aprendizagem	302
24. O processo de socialização	303
25. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento	304
26. Novas tecnologias da informação e comunicação e sua contribuição com a prática pedagógica.	304
27. Ética no trabalho docente.....	304
28. Atribuições dos especialistas de educação básica e o seu papel na condução do processo pedagógico.	308
29. Base nacional comum curricular como norteadora dos currículos e suas competências gerais.	309
30. O currículo na perspectiva da inclusão, da diversidade e do direito à aprendizagem.	309

ÍNDICE

31. Projeto político pedagógico e a estreita relação com o plano de ensino, o plano de aula e a gestão da sala de aula.	309
32. A organização do trabalho pedagógico e a interdisciplinaridade	316
33. A avaliação da aprendizagem na perspectiva de um currículo inclusivo	317
34. A política da educação integral como garantia à formação humana e o desenvolvimento integral dos estudantes	317
35. A educação especial inclusiva: possibilidades e desafios.....	317
36. Gestão democrática e participativa e as relações com a comunidade escolar	318
37. A avaliação interna e externa no espaço escolar e a aprendizagem.....	319

VISÃO INTERDISCIPLINAR E TRANSVERSAL DO CONHECIMENTO

O modelo de educação fragmentada em sala de aula tem se tornado, cada vez mais, obsoleto, pois é com base no diálogo e na articulação entre as disciplinas que se constrói o sentido do que se quer conhecer.

A interdisciplinaridade exige uma prática pedagógica diária focada no estudo, no planejamento do ambiente escolar e na comunicação. A construção de conteúdos articulados, ou seja, a comunicação entre as várias disciplinas, fundamenta-se no diálogo significativo entre os distintos conteúdos ensinados, a forma, o objetivo e a coerência para lecioná-los.

Imersos em uma realidade em constante transformação, com informações que requerem estrutura preparatória para o recebimento, para o estudo e para adaptação imediata, os professores precisam compreender o cotidiano escolar de modo articulado, dinâmica e, principalmente, comunicativo. Essa postura não é somente de comunicar, no sentido de transmitir uma mensagem, mas de receptionar e investigar quaisquer informações que se apresentem no cotidiano dos alunos.

Nessa abordagem, o indivíduo é convidado a refletir acerca dos atos já desempenhados e aqueles que irá realizar; a respeito das possíveis consequências e sobre como reparar os impactos já ocorridos. Em pormenores, essas ponderações serão sempre no sentido de mediar os seus atos, com a finalidade de amenizar os impactos com potencial comprometimento dos ambientes que constituem a sua vida e a vida de outros seres vivos. Assim, a escola cresce provendo-se por meio da prática da articulação entre os diferentes saberes.

A iniciativa de articular diferentes áreas no ambiente escolar poderá construir uma identidade para o educador voltada à pesquisa em sala de aula. Essa comunicação entre as disciplinas proporciona o sentido básico para os professores e os alunos.

A articulação de saberes escolares desperta novas condutas e conceitos, que levam a ações pedagógicas: construção de ações educativas, projetos educacionais de caráter social, trabalhando a formação dos alunos como cidadãos.

NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO COM A PRÁTICA PEDAGÓGICA.

As novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm se mostrado cada vez mais relevantes e presentes na prática pedagógica, trazendo diversas contribuições para o ensino e aprendizagem. Algumas dessas contribuições são:

1. Acesso à informação: com a internet e os dispositivos digitais, os alunos têm acesso a um vasto e diversificado universo de informações. Eles podem pesquisar e obter conhecimento em diferentes áreas, enriquecendo seu aprendizado.

2. Facilidade de comunicação: as TICs possibilitam uma comunicação mais rápida e eficiente entre professores, alunos e pais. Email, mensagens instantâneas, fóruns de discussão e redes sociais são algumas das ferramentas que facilitam a troca de informações e esclarecimento de dúvidas.

3. Estímulo à criatividade e colaboração: as TICs oferecem recursos e ferramentas que permitem aos alunos exercitarem sua criatividade na produção de conteúdos multimídia, como vídeos, apresentações, animações, entre outros. Além disso, possibilitam a colaboração em projetos, trabalhos em grupo e compartilhamento de ideias.

4. Personalização do ensino: com as TICs, é possível adaptar o ensino às necessidades e interesses de cada aluno, por meio do uso de aplicativos e plataformas de aprendizagem personalizada. Isso facilita o acompanhamento individualizado do progresso de cada estudante e permite a oferta de atividades adequadas ao seu nível de conhecimento.

5. Aprendizagem ativa e significativa: as TICs proporcionam a oportunidade de promover uma aprendizagem mais participativa, na qual os alunos são protagonistas do seu próprio conhecimento. Por meio de jogos educativos, simulações, realidade virtual e outras ferramentas interativas, eles podem vivenciar situações reais de aprendizagem e aplicar os conhecimentos adquiridos.

6. Inclusão e democratização do ensino: as TICs têm um potencial enorme para favorecer a inclusão de alunos com necessidades especiais ou em situação de vulnerabilidade social. Softwares de acessibilidade, materiais didáticos digitais adaptados e a possibilidade de Educação a Distância (EAD) são algumas das possibilidades que contribuem para democratizar o acesso à educação de qualidade.

Portanto, as novas tecnologias da informação e comunicação têm o poder de transformar a prática pedagógica, tornando-a mais dinâmica, interativa e contextualizada, proporcionando uma educação mais significativa e inclusiva. O seu uso adequado e planejado pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo.

ÉTICA NO TRABALHO DOCENTE.

A formação do professor é muito precária, sem dimensão ética no ato de desenvolver a prática pedagógica. Sendo que a mesma cumpre um papel indispensável na educação.⁵⁵

O professor precisa levar em consideração dois aspectos fundamentais na pedagogia como método do ato de ensinar: a questão técnica e o ato político, são diferentes em si, mas articulados na prática pedagógica.

Um terceiro aspecto que não pode ser desconsiderado refere-se à Ética que é o elemento mediador por meio da Filosofia desenvolve a prática problematizadora.

Terezinha destaca a necessidade de compreender de forma científica o mundo político, com a finalidade para intervir nas relações na sociedade com a perspectiva de mudar o próprio mundo político, visando o estabelecimento das relações justas.

Sua prática pedagógica destaca-se em uma educação essencialmente entendida na ação da Filosofia Política e da Ética, na busca da compreensão entre o conhecimento do senso comum e do saber científico, sendo que a Filosofia é o conhecimento do saber complexo total dos objetos em estudos.

55 VASCONCELOS, E. D. de; *Ética e Competência. Resenha do livro de RIOS, Terezinha. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 2003.*

No entanto, se quisermos sobreviver como seres humanos, se quisermos continuar habitando este maravilhoso planeta e se quisermos manter a liberdade e a democracia, teremos que pensar e fazer ÉTICA, educando para a cidadania e para a preservação de valores como igualdade, tolerância e dignidade.

Ética: Alguns Conceitos Importantes

Ética pode ser entendida como uma reflexão sobre comportamentos humanos, de uma maneira diferente do que fazem os psicólogos, os sociólogos, os biólogos ou outros estudiosos do comportamento humano⁵⁷

A reflexão sobre nossas ações e a própria realização de determinadas ações e não de outras, pode ser denominada como ÉTICA.

Fazer ética é refletir sobre o comportamento humano, buscando identificar o que é bom ou mau, correto ou incorreto, construtivo ou destrutivo, na perspectiva da vida e da qualidade de vida individual e coletiva. De acordo com Valls, os problemas teóricos da ética podem ser separados didaticamente em dois campos:

- Os problemas gerais e fundamentais (consciência, liberdade, valor, bem, lei, etc.).

- Os problemas específicos de aplicação concreta (ética profissional, ética política, ética sexual, bioética, etc.).

Na vida real, esses problemas tratados de diferentes pontos de vista pelas diferentes áreas do conhecimento humano, não aparecem separadamente. Além disso, ética não é um conjunto de regulamentos prontos e definitivos que podem ser consultados quando temos que decidir sobre alguma conduta. Também não é algo que pertence à nossa natureza: não há uma “natureza humana” que define o que é bom ou mau, antes da reflexão. Tudo isso depende do conjunto de regras pertinentes a um grupo social (moral). Vale lembrar que as pessoas mudam, assim como os conceitos, os valores e as culturas se modificam com o tempo.

O que é bom ou mau passa por critérios socioculturais e históricos, antes que se tenha um posicionamento individual. Para Giannotti, existem muitas formas de moralidade, sendo que cada grupo social ou profissional tem sua identidade, delineada por normas consentidas. A infração destas normas gera censura ou mesmo a exclusão daquele grupo determinado.

Quando a reflexão e a decisão relacionam-se a condutas profissionais, a questão é ainda mais importante, pois implica em se assumir normas de conduta que devem ser postas em prática no exercício da atividade profissional. Um bom exercício profissional significa não apenas competência teórico-técnica, mas a capacidade de respeitar e ajudar a construir a dignidade, a cidadania e o bem-estar daqueles com os quais nos relacionamos e que dependem de nossa ação.

A Ética como ramo da Filosofia surgiu com os grandes filósofos da antiga Grécia, a partir das reflexões de Sócrates, Platão e Aristóteles, prosseguindo e se modificando com os Romanos e no decorrer de toda a história do conhecimento humano.

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se transformou pelo sofrimento e reflexão gerados por esse conflito armado que afetou valores, conceitos e a vida da população mundial.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos baseou-se em princípios antigos que foram retomados e fortalecidos pela Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade constituem a fonte na qual nos inspiramos para buscar uma vida justa, digna e cidadã, em que as discriminações e os preconceitos não tenham mais lugar.

⁵⁷ VALLS, A.L.M. *O que é ética. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.*

A Noção Ética Moderna: A Ética e a Moral

Ética não se constitui em um catálogo de valores particulares e alheios à prática dos grupos sociais, das sociedades e das áreas do saber. Para Chauí, a ética moderna trata de um determinado coletivo, como ele se desenvolveu e como age. Já, a moral - um dos objetos da ética - é um conjunto de regras gerais de uma sociedade que, ao ser introjetada pelas pessoas, torna-se uma questão de consciência individual.

Ser moral significa se adequar e viver de acordo com as normas de uma determinada sociedade. Ser imoral significa conhecer as normas e não as seguir. O indivíduo considerado amoral é o que não segue as normas sociais por desconhecê-las ou não compreender os seus valores.

A ética, entretanto, está acima da moral: ela analisa e critica a moral, embora com ela se relacione. A moral diz respeito aos conceitos abstratos de certo e errado para cada consciência, enquanto a ética procura resolver os dilemas dos grupos por meio da reflexão e do debate social acerca da ação concreta desta ou daquela comunidade. A ética, portanto, relaciona-se com o Direito, com a Justiça, com a Política, com as Leis e com as práticas científicas e profissionais.

Ser ético significa viver coerentemente com uma linha ética, aproximando o que penso daquilo que faço, buscando o benefício e a qualidade de vida de todos, da humanidade. A finalidade da ética é orientar a prática.

Mas como encontrar os limites, as sínteses de muitos particulares, de muitas determinações; o que é o bem para a coletividade?

Ao discutir a existência ética, Chauí trata da diferenciação entre senso e consciência moral. Para a autora, nossos sentimentos e ações, assim como nossas dúvidas acerca da correção de uma determinada decisão, exprimem nosso senso moral. O julgamento (razão) sobre a decisão a tomar se dá por meio de nossa consciência moral, posta em ação pelo senso moral. O senso e a consciência moral, desta forma, relacionam-se aos valores (justiça, integridade, generosidade; etc.), aos sentimentos gerados pelos valores (vergonha, culpa, admiração, raiva, dúvida, etc.), bem como às decisões tomadas (ações e suas consequências individuais e coletivas).

Portanto, o senso moral e a consciência moral não são dados pela natureza: são indissociáveis da cultura, são escolhas das pessoas que vivem numa determinada cultura ou grupo. Para Chauí, os conteúdos dos valores podem variar, mas sempre estão ligados a um valor mais profundo: o BEM. Por meio de nosso juízo de valor é que definimos comportamentos como BONS ou MAUS. Nosso juízo ético de valor fundamenta-se em normas que determinam o que deve ser feito, quais obrigações, intenções e ações são corretas ou incorretas.

Embora as pessoas possuam aspectos próprios, individuais, particulares, que devem ser levados em conta, têm também aspectos comuns, adquiridos na vida coletiva.

Ninguém nasce “pai”, “mãe”, “advogado”, “cientista” ou “professor”. “Ser” isto ou aquilo, só tem sentido dentro de uma comunidade concreta, que se identifica com determinados paradigmas e que definem a ética de seu grupo.

Da mesma forma, ninguém nasce cidadão: torna-se cidadão pela educação. É o convívio com os outros que nos torna humanos, e é a educação que forma o homem para a vida social ou comunitária.

A ética na Educação Infantil⁵⁸

As propostas pedagógicas da educação infantil devem buscar a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã, com conteúdos básicos para a construção de conhecimentos, valores, cidadania e ética na criança.

Recentemente, a legislação educacional brasileira passou a reconhecer a criança, como sujeito de direitos - uma “criança cidadã”. Entre os direitos estão: a educação em pré-escolas, creches e instituições similares.

O reconhecimento da importância da infância além do contexto familiar insere-se em amplo movimento de luta em defesa dos direitos das crianças, com participação de diversos segmentos sociais de alcance mundial, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e Convenção Mundial dos Direitos da Criança (1989), assim como no Brasil, a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases (1996).

Para que os direitos possam ser concretizados é necessária a ética no trabalho da educação infantil para que as crianças possam alcançar a cidadania plena. Assim sendo, a importância da investigação do assunto é o de apresentar a ética como um dos principais fundamentos da Educação Infantil, considerando que não pode existir direito nem respeito, se não for despertada a consciência ética em favor da criança.

O que significa a criança ser reconhecida hoje como sujeito de direitos? Que direitos possuem as crianças? Em princípio, pode-se considerar que a noção de direitos remete à ideia de cidadania; ou seja, os cidadãos são sujeitos que possuem prerrogativas de uma vida e convivência digna, livre e igualitária em relação aos seus semelhantes. Os direitos humanos referem-se, portanto, à própria sobrevivência e se caracterizam como históricos, inalienáveis, irrenunciáveis, imprescritíveis, relativos, universais, cuja concretização pode ser exigida sempre que houver omissão do responsável.

Os direitos fundamentais dos cidadãos geralmente são prescritos formalmente em leis e no ordenamento jurídico dos países, e correspondem ao dever do Estado em assegurar que sejam cumpridos, por meio das políticas públicas. Essas políticas devem defender os valores éticos que constituem a condição essencial de respeito à dignidade humana. Partindo desses princípios que surge a ética.

Sendo assim, é possível observar que hoje, a ética se apresenta como uma disciplina de formação moral na Educação. A ética e a educação estão unidas, porque existe a necessidade de se respeitar a cultura da criança, acompanhando as transformações que surgiram com seus conceitos históricos, alcançando os dias atuais.

Os profissionais da Educação Infantil promovem no aluno os valores éticos, pois como foi descrito pelos autores estudados, o educador deve ter como objetivo oferecer à criança o desenvolvimento da autonomia, capacitando-a a construir as suas próprias normas. Contudo, essa construção deve ser orientada, pois é fundamental à criança nessa fase escolar, aprender o que é certo ou errado, o que pode ou não prejudicar o seu semelhante.

Assim, verifica-se que essa questão é problema relegado em relação à sua importância, porque não se cuida da formação da conduta infantil, mas deixa-se que ela se forme. É nesse aspecto que está envolvido um requisito essencial para que a estrutura mental se oriente para uma direção correta: a disciplina.

Sucedendo que, a mente da criança se exercita e se forma, tomando conformações que jamais se alterarão substancialmente, pois as estruturas sociais, cognitivas, físicas e emocionais se fixam.

58 SANTOS, P. F. Ética na educação infantil. 2012.

Nesse processo da Educação Infantil é necessário ao educador compreender a criança em sua individualidade, atendendo a sua formação emocional, mas impor limites, não esperando pela cristalização prematura da perfeição ética. Sempre demonstrar que limite não é um castigo, mas ensinar que não se pode fazer tudo o que quer, pois é a partir da compreensão da norma de convivência que o pequeno aprende a diferenciar entre o seu pensamento e o dos outros que o cercam. Essa norma que se deve revelar viva, ativa, permanente e reguladora de conduta nas mais variadas situações é denominada de ética.

Concluindo, a ética na Educação Infantil, oportuniza à criança, a fácil integração social do ambiente: a adaptabilidade no espaço escolar, isentando-a de prejuízos, inibições, constrangimentos e inferiorizações, auxiliando-a a conquistar o futuro e a cidadania em sua plenitude.

ATRIBUIÇÕES DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E O SEU PAPEL NA CONDUÇÃO DO PROCESSO PEDAGÓGICO.

Os Especialistas de Educação Básica têm uma série de atribuições e desempenham um papel fundamental na condução do processo pedagógico. Suas responsabilidades incluem:

Planejamento e coordenação curricular: Eles são responsáveis por desenvolver e coordenar o currículo escolar, garantindo que os conteúdos sejam adequados e alinhados às diretrizes educacionais. Eles também podem definir estratégias de ensino e avaliação.

Formação de professores: Os Especialistas de Educação Básica auxiliam na formação continuada dos professores, promovendo workshops, cursos e treinamentos. Eles também oferecem suporte e orientação aos professores, ajudando-os a aprimorar suas práticas pedagógicas.

Avaliação do processo de ensino-aprendizagem: realizam a avaliação do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando diferentes instrumentos e técnicas. Com base nos resultados, eles podem propor ações de intervenção e desenvolver estratégias para promover o ensino e a aprendizagem de forma mais eficaz.

Acompanhamento do desempenho dos alunos: acompanham o desempenho dos alunos, identificando possíveis dificuldades e propondo soluções. Eles podem realizar diagnósticos individuais ou em grupos, buscando compreender as necessidades dos estudantes e auxiliando na implementação de práticas educativas adequadas.

Gestão escolar: Os Especialistas de Educação Básica também desempenham um papel na gestão escolar, atuando em parceria com a direção da escola. Eles podem participar de reuniões de planejamento, comitês pedagógicos e tomar decisões relacionadas à organização e funcionamento da escola.

Articulação com a comunidade escolar: são responsáveis também por estabelecer uma relação de diálogo e parceria com a comunidade escolar. Isso pode envolver a realização de reuniões com pais e responsáveis, atividades de integração e parcerias com instituições e organizações locais.

Gestão Democrática: é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões **pedagógica, administrativa e financeira**. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares.

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

Implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas. Nas palavras de Marques⁶⁵: A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação.

Neste sentido, fica claro entender que a gestão democrática, no interior da escola, não é um princípio fácil de ser consolidado, pois trata-se da participação crítica na construção do projeto político-pedagógico e na sua gestão.

Liberdade: o princípio da liberdade está sempre associado à ideia de autonomia. O que é necessário, portanto, como ponto de partida, é o resgate do sentido dos conceitos de autonomia e liberdade. A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas.

Para Rios⁶⁶, a escola tem uma autonomia relativa e a liberdade é algo que se experimenta em situação e esta é uma articulação de limites e possibilidades. Para a autora, a liberdade é uma experiência de educadores e constrói-se na vivência coletiva, interpessoal. Portanto, “somos livres com os outros, não, apesar dos outros”. Se pensamos na liberdade na escola, devemos pensá-la na relação entre administradores, professores, funcionários e alunos que aí assumem sua parte de responsabilidade na construção do projeto político-pedagógico e na relação destes com o contexto social mais amplo.

A liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente.

65 MARQUES, Mário Osório. “Projeto pedagógico: A marca da escola”. In: *Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18*. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

66 RIOS, Terezinha. “Significado e pressupostos do projeto pedagógico”. In: *Série Ideias*. São Paulo, FDE, 1982.

Valorização do magistério: é um princípio central na discussão do projeto político-pedagógico. A qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério.

O reforço à valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes o direito ao aperfeiçoamento profissional permanente, significa “valorizar a experiência e o conhecimento que os professores têm a partir de sua prática pedagógica”.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político-pedagógico. Assim, compete à escola:

- proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais;
- elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa.

Daí, passem a fazer parte dos programas de formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino, entre outras.

Inicialmente, convém alertar para o fato de que essa tomada de consciência, dos princípios do projeto político-pedagógico, não pode ter o sentido espontaneísta de se cruzar os braços diante da atual organização da escola, que inibe a participação de educadores, funcionários e alunos no processo de gestão.

É preciso ter consciência de que a dominação no interior da escola efetiva-se por meio das relações de poder que se expressam nas práticas autoritárias e conservadoras dos diferentes profissionais, distribuídos hierarquicamente, bem como por meio das formas de controle existentes no interior da organização escolar. Por outro lado, a escola é local de desenvolvimento da consciência crítica da realidade.

Estratégia de Planejamento

Marco Referencial: é necessário definir o conjunto de ideias, de opções e teorias que orientará a prática da escola. Para tanto, é preciso analisar em que contexto a escola está inserida. Para assim definir e explicitar com que tipo de sociedade a escola se compromete, que tipo de pessoas ela buscará formar e qual a sua intencionalidade político, social, cultural e educativa. Esta assunção permite clarear os critérios de ação para planejar como se deseja a escola no que se refere à dimensão pedagógica, comunitária e administrativa.

É um momento que requer estudos, reflexões teóricas, análise do contexto, trabalho individual, em grupo, debates, elaboração escrita. Devem ser criadas estratégias para que todos os segmentos envolvidos com a construção do projeto político-pedagógico possam refletir, se posicionar acerca do contexto em que a escola se insere. É necessário partir da realidade local, para compreendê-la

As etapas de elaboração de um projeto pedagógico podem assim ser definidas:

Cronograma de trabalho e definição da divisão de tarefas: definição da periodicidade e das tarefas para a elaboração do projeto pedagógico. Definir um prazo faz com que haja organização e compromisso com o trabalho de elaboração.

É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola deverão estar calçadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho da fragmentação e do controle hierárquico.

É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola. Por isso todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola. Há uma correlação de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo, a descentralização do poder.

Histórico da instituição: sua criação, ato normativo, origem de seu nome, etc.

Abrangência da ação educativa referente:

- Nível de ensino e suas etapas;
- Modalidades de educação que irá atender;
- Aos profissionais, considerando: à área, o trabalho da equipe pedagógica e administrativa;
- À comunidade externa: entorno social.

Objetivos: gerais, observando os objetivos definidos pela instituição.

Princípios legais e norteadores da ação: a instituição deve observar ainda os planos e Políticas (federal, estadual ou municipal) de Educação. A partir da identificação dos princípios registrados nas legislações em vigor, deve explicitar o sentido que os mesmos adquirem em seu contexto de ação.

Currículo: identificar o paradigma curricular em concordância com sua opção do método, da teoria que orienta sua prática. Implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos:

1º - é o de que o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. A determinação do conhecimento escolar, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular. O currículo expressa uma cultura.

2º - é o de que o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

3º - diz respeito ao tipo de organização curricular que a escola deve adotar. Em geral, nossas instituições têm sido orientadas para a organização hierárquica e fragmentada do conhecimento escolar.

4º - refere-se a questão do controle social, já que o currículo formal (conteúdos curriculares, metodologia e recursos de ensino, avaliação e relação pedagógica) implica controle. Por outro lado, o controle social é instrumentalizado pelo currículo oculto, entendido este como as “mensagens transmitidas pela sala de aula e pelo ambiente escolar”.

Assim, toda a gama de visões do mundo, as normas e os valores dominantes são passados aos alunos no ambiente escolar, no material didático e mais especificamente por intermédio dos livros didáticos, na relação pedagógica, nas rotinas escolares. Os resultados do currículo oculto “estimulam a conformidade a ideais nacionais e convenções sociais ao mesmo tempo que mantêm desigualdades socioeconômicas e culturais”.

Orientar a organização curricular para fins emancipatórios implica, inicialmente desvelar as visões simplificadas de sociedade, concebida como um todo homogêneo, e de ser humano como alguém que tende a aceitar papéis necessários à sua adaptação ao contexto em que vive. Controle social na visão crítica, é uma contribuição e uma ajuda para a contestação e a resistência à ideologia veiculada por intermédio dos currículos escolares.

Ensino, aprendizagem e avaliação: orientações didáticas e metodológicas quanto à educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional. Mecanismos de acompanhamento pedagógico, de recuperação paralela, de avaliação: indicadores de aprendizagem, diagnósticos, procedimentos e instrumentos de recuperação e avaliação.

Programa de formação continuada: concepção, objetivos, eixos, política e estratégia.

Formas de relacionamento com a comunidade: concepção de educação comunitária, princípios, objetivos e estratégias.

Organização do tempo e do espaço escolar: cronograma de atividades.

- diárias, semanais, bimestrais, semestrais, anuais.
- estudo, planejamento, enriquecimento curricular, ação comunitária.
- normas de utilização de espaços comuns da instituição.

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc.

O horário escolar, que fixa o número de horas por semana e que varia em razão das disciplinas constantes na grade curricular, estipula também o número de aulas por professor. Tal como afirma Enguita⁶⁷.

(...) *As matérias tornam-se equivalentes porque ocupam o mesmo número de horas por semana e, são vistas como tendo menor prestígio se ocupam menos tempo que as demais.*

67 ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

Processo de Decisão

Na organização formal de nossa escola, o fluxo das tarefas das ações e principalmente das decisões é orientado por procedimentos formalizados, prevalecendo as relações hierárquicas de mando e submissão, de poder autoritário e centralizador.

Uma estrutura administrativa da escola adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão.

Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais, bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. Para que isso seja possível há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando à participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Contudo, a participação da coordenação pedagógica nesse processo é fundamental, pois o trabalho é garantir a satisfação do bom atendimento em prol de toda a instituição.

Avaliação

Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos a reflexão com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender ceticamente as causas da existência de problemas bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.

Avaliadores que conjugam as ideias de uma visão global, analisam o projeto político-pedagógico, não como algo estanque desvinculado dos aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. A avaliação tem um compromisso mais amplo do que a mera eficiência e eficácia das propostas conservadoras. Portanto, acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico.

Considerando a avaliação dessa forma é possível salientar dois pontos importantes. Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos.

O processo de avaliação envolve três momentos: a descrição e a problematização da realidade escolar, a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada e a proposição de alternativas de ação, momento de criação coletiva.

A avaliação, do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras. Portanto, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultado de um processo coletivo de avaliação diagnóstica.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A INTERDISCIPLINARIDADE

A organização do trabalho pedagógico na escola parte da confecção e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição que consiste em um documento que detalha objetivos, metas e ações a serem desenvolvidas e contempla as necessidades e expectativas da comunidade escolar.

Assim, o PPP deve ser desenvolvido ante uma perspectiva democrática, envolvendo os discentes, os docentes, pais, funcionários e demais representantes da comunidade, norteado por princípios como **igualdade** nas condições de acesso e permanência dos discentes, **qualidade** dos instrumentos, recursos e métodos usados no processo de ensino-aprendizagem, **gestão democrática** através do compartilhamento de decisões nos âmbitos pedagógico, administrativo e financeiro, **liberdade** na tomada de decisões pedagógicas, administrativas, financeiras e jurídicas por parte da instituição e a **valorização do docente** por meio de garantias relativas à formação continuada.

A fim de organizar o trabalho pedagógico, o PPP deve ser constituído de:

- **Marco situacional:** identificação e diagnóstico da instituição de ensino.
- **Marco conceitual:** contempla os princípios didático-pedagógicos da escola.
- **Marco operacional:** refere-se ao planejamento das ações escolares.

Dessa forma, configura-se num norteador da organização do trabalho docente e das avaliações a curto, médio e longo prazo, considerando o histórico da instituição e o contexto social que ela se insere, de forma autônoma e respeitando a legislação vigente.

A interdisciplinaridade consiste na integração de diferentes disciplinas e saberes, buscando uma visão mais completa e abrangente do conhecimento. Para isso, é necessário que a escola tenha um projeto pedagógico que favoreça a interação entre as disciplinas, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre os professores. É importante que haja um planejamento conjunto das atividades, de forma que os conteúdos se complementem e façam sentido para os alunos.

É fundamental que a escola proporcione momentos de discussão e reflexão sobre a interdisciplinaridade, promovendo a formação continuada dos professores nessa temática. Os docentes devem ser incentivados a trabalhar de forma colaborativa, buscando conexões entre suas áreas de atuação para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

A interdisciplinaridade também pode ser favorecida por meio de projetos pedagógicos específicos, que abordem temas transversais e permitam a integração de diferentes disciplinas. É importante que esses projetos sejam planejados de forma participativa, envolvendo não apenas os professores, mas também os estudantes e a comunidade escolar como um todo. Além do mais, é importante que a escola proporcione espaços de aprendizagem diversificados, como laboratórios, bibliotecas e ambientes virtuais, que possam ser utilizados pelos estudantes de diferentes áreas do conhecimento.

A organização do trabalho pedagógico e a promoção da interdisciplinaridade são essenciais para permitir uma formação mais ampla e integral dos estudantes, pois possibilitam uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos, estimulam a capacidade de pensar de forma crítica e criativa, e possibilitam a construção de conhecimentos significativos e contextualizados.